

Enfim, há luz no fim do túnel

9 MAI 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

ROMEUPHAPCHAP

ECO-P2

Ao completar dois anos de mandato, o presidente Collor fez uma correta avaliação de seu governo, demonstrando mais uma vez sua coragem de mudar e sua disposição em levar a cabo o objetivo de modificar a face do Brasil, recuperando a nossa credibilidade junto ao mercado financeiro internacional, tarefa que não se executa sem que frutifiquem os esforços de controle interno do déficit público e do processo inflacionário.



Foram dois anos amargos para todos os setores da economia mas, como diz a sabedoria popular, é o remédio amargo que cura.

Recomposta a equipe com pessoas do mais alto nível, e reafirmada a confiança na política firme, serena e gradual do ministro Marcílio Marques Moreira, o presidente demonstrou que não está disposto a deixar que o enorme sacrifício imposto à Nação seja desperdiçado com novos "truques econômicos", que nos remeteriam, mais uma vez, à "estaca zero" do processo.

A demonstração de seriedade e vontade política do governo dá uma clara sinalização a todos os agentes econômicos (empresários, trabalhadores, entidades de classe, etc.) que o fantasma dos choques econômicos, acompanhados de congelamento de preços e salários, está definitivamente afastado.

A transparência com que se coloca a situação de caixa do governo desestimula qualquer

esperança de volta à velha política do Estado paternalista e agente principal do desenvolvimento econômico. O modelo do Estado-Empresário está definitivamente esgotado. No mundo, porque a experiência se encarregou de mudar a cultura; e, no Brasil, por total incapacidade financeira e, muitas vezes, por incompetência administrativa.

A condução competente dos acordos internacionais já frutificou a tal ponto que o Banco Central começa a demonstrar preocupação com o nível de ingresso de capital estrangeiro no País.

É verdade que a inflação em níveis de 20% ao mês não é confortável nem permite grande entusiasmo, mas é importante registrar que este nível de aceleração de preços se verifica numa condição inédita, quando até o preço do pãozinho é livre no balcão da padaria e até postos e distribuidores de gasolina, pela primeira vez na história, podem competir em preços. As tarifas públicas, tradicionalmente usadas para conter pressões inflacionárias, estão razoavelmente recompostas e, em alguns casos, acima dos padrões internacionais.

Há um volume significativo de dinheiro na economia, mas a classe média, grande mola propulsora do consumo, parece ter ficado mais prudente e já não se deixa atrair por ofertas tentadoras. Reflete, analisa, compara antes de consumir ou investir, cada vez mais consciente de seu papel no processo. Aprendeu afinal a valorizar o seu dinheiro. A escassez de recursos e a ausência de linhas de financiamento, além das elevadas taxas de juro cobradas pelo mercado, praticamente eliminaram as vendas a prazo.

O chamado fundo do poço foi atingido. A postura do governo dá aos agentes econômicos a segurança de manutenção das "regras do jogo". O programa de privatização, apesar de seus inimigos naturais, desenvolve-se em ritmo satisfatório. As empresas do setor privado já enxugaram seus custos muito além do suportável. Como fruto da recessão, nasce uma nova cultura administrativa, valorizando as atividades-fim. Grandes empresas com até seis níveis hierárquicos de comando passam a operar com dois ou três níveis, agilizando as decisões e premiando a eficiência.

O cenário da retomada está montado. Naturalmente não será uma retomada em ritmo acelerado (nem se deseja que assim seja), mas as perspectivas apontam para um crescimento econômico mais racional, onde está presente, entre outros fatores positivos, a participação expressiva de novos pólos de desenvolvimento no interior do País, alicerçando o processo em bases muito mais sólidas.

Historicamente a indústria da construção sempre foi um dos pilares de sustentação da economia. Entretanto, a inexistência de crédito por meio do Sistema Financeiro de Poupança e Empréstimo para Habitação, nos últimos anos, estreitou o mercado de construção civil, levando muitas empresas do setor a uma ociosidade que hoje ultrapassa os 50%. Todavia, se todo o setor vem sofrendo os reflexos inevitáveis do ajuste econômico, o programa habitacional na área popular do governo Collor é um dos mais ambiciosos, tendo até mesmo realizado, nestes dois primeiros anos de governo, a contratação de mais de 400 mil unidades habi-

tacionais populares.

Problemas a superar existem, como sempre existiram, mas a seriedade e criatividade do setor levarão empresários, agentes financeiros e governo a encontrar as formas de financiamento de longo prazo, vitais para o desenvolvimento da habitação em qualquer parte do mundo.

Os Fundos de Investimento Imobiliário e os Consórcios de Imóveis são instrumentos a serem regulamentados e desenvolvidos. Podem não ser a solução final para todos os problemas, mas já são um bom começo. Pelo menos enquanto os recursos das Cadernetas de Poupança não são utilizados para a retomada do desenvolvimento do setor, tão necessário para minimizar as tensões sociais.

O setor de construção civil, por suas características intrínsecas, é um setor que colhe seus frutos no longo prazo. Mas ainda por conta dessas mesmas características tem papel preponderante na sustentação do desenvolvimento econômico, na geração de emprego e distribuição de renda. Logo, as empresas de construção terão, necessariamente, papel ativo e fundamental na retomada do desenvolvimento.

Enfim, temos a nítida sensação de que o momento das críticas descompromissadas ficou no passado. O trem da história está passando e quem acredita neste país e não deseja ficar na estação não pode deixar de embarcar com todo o seu espírito de luta. Afinal, existe uma boa luz no fim do túnel.

■ Romeu Chap Chap é presidente da Fiabci/Brasil — Capítulo Nacional Brasileiro da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias.